

I

A Sulzer Frères, Société Anonyme, com sede em Winterthur, Suíça, é obrigada a ter um representante geral no Brasil, com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem, quer com o Governo, quer com particulares, podendo ser demandado e receber citação inicial pela sociedade.

II

Todos os actos que praticar no Brasil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e á jurisdição de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida sociedade reclamar qualquer excepção, fundada em seus estatutos, cujas disposições não poderão servir de base para qualquer reclamação concernente á execução das obras ou serviços a que elles se referem.

III

Fica dependente de autorização do Governo qualquer alteração que a sociedade tenha de fazer nos respectivos estatutos.

Ser-lhe-há cassada a autorização para funcionar na Republica si infringir esta clausula.

IV

Fica entendido que a autorização é dada sem prejuizo do principio de achar-se a sociedade sujeita ás disposições de direito que regem as sociedades anonymas.

V

A infração de qualquer das clausulas para a qual não esteja cominada pena especial será punida com a multa de 1:000\$000 (um conto de réis) a 5:000\$000 (cinco contos de réis) e, no caso de reincidencia, com a cassação da autorização concedida pelo decreto em virtude do qual baixam as presentes clausulas.

Rio de Janeiro, 26 de dezembro de 1934. — *Agamemnon Magalhães*.

Eu abaixo assignado, traductor publico e interprete commercial juramentado da Praça do Rio de Janeiro, devidamente nomeado pela MM. Junta Commercial da mesma cidade;

Certifico pela presente que me foi apresentado um documento (estatutos) exarado em idioma Francez afim de o traduzir para o vernaculo, o que fiz a pedido da parte interessada e em razão do meu officio, como se segue:

TRADUCÇÃO

24 de junho de 1914 — 21 de setembro de 1918 — 6 de novembro de 1925. — Sulzer Frères, Société Anonyme (Irmãos Sulzer, Sociedade Anonyma), Gebrüder Sulzer, Aktiengesellschaft, de Winterthur. Estatutos — (Traducção Franceza) Sulzer Frères, Société Anonyme (Irmãos Sulzer, Sociedade Anonyma). — Estatutos — (Traducção Franceza). — Titulo primeiro — Razão social, Prazo. Sede. Fins da Sociedade.

Art. I

Sob a razão social Gebrüder Sulzer, Aktiengesellschaft Sulzer Frères, Société Anonyme, Irmãos Sulzer, Sociedade Anonyma, foi organizada por prazo indeterminado uma sociedade anonyma, com sede em Winterthur.

A' sociedade, de conformidade com uma resolução do Conselho de administração, foi facultada a criação de succursaes na Suíça e no estrangeiro.

Art. II.

A sociedade tem por fim comprar, mediante um contracto especial de compra e venda, o ramo de negocio até então explorado pela firma Sulzer Frères, de Winterthur Oberwinterthur, e prosseguir com a exploração do referido ramo de negocio.

A' sociedade assiste o direito de dar maior expansão actual exploração da empresa, de lhe addicionar as succursaes que lhe pareçam convenientes e opportunas e de explorar qualquer outro ramo de negocio em correlação com uma fabrica de machinismos, ou de natureza a favorecer o desenvolvimento da sociedade.

Título II — Capital social

Art. III.

O capital-acções fica fixado em vinte milhões de francos; divididos em 4.000 acções do valor nominal de 5.000 francos cada. As acções poderão ser agrupadas em certificados de 50.000 a 100.000 francos.

O capital-acções já se acha inteiramente coberto e pago.

Art. IV.

As acções são nominativas.

Os nomes dos accionistas deverão ser inscriptos no livro para registro das acções e a sociedade não reconhecerá como accionistas qualesquer pessoas que não estiverem inscriptas nesse registro.

A alienação de uma acção nominativa só será valida com o consentimento do conselho de administração, bem como a do não dar o seu assentimento, sem indicar os motivos dessa sua recusa.

As acções terão apostas, em fac-simile, as assignaturas de dois membros do conselho de administração, bem como a do proprio punho de um dos funcionarios da sociedade para esse fim especialmente designado pelo conselho de administração.

As acções serão indivisiveis e a sociedade só reconhece um unico representante para cada acção.

As acções nominativas podem ser transformadas em acções ao portador, mediante simples determinação nesse sentido pela assembleia geral.

Art. V.

O capital-acções poderá ser augmentado por mera indicação e determinação da assembleia geral. Compete ao conselho de administração determinar as condições para a emissão e liberação das acções.

Art. VI.

Enquanto não forem liberadas todas as acções, substituir-se-ão certificados nominativos provisórios.

Os subscriptores de acções que, dentro do prazo determinado, ainda não tiverem pago a quota do capital pelos mesmos subscripta, de conformidade com o artigo 635 C. O., poderão ser considerados privados dos seus direitos quanto á subscrição de pagamentos já effectuados, cabendo á sociedade o direito de emitir novas acções em substituição das que houverem sido assim annulladas.

Art. VII.

A sociedade pôde emitir obrigações até o montante do capital-acções emitido. A emissão das obrigações, assim como a determinação das condições da emissão das mesmas, são de competência do conselho de administração.

Título III — Órgãos da sociedade

Art. VIII.

São órgão da sociedade:

- a) a assembleia geral;
- b) a administração;
- c) o controle.

a) Assembleia geral

Art. IX.

A assembleia geral ordinaria reunir-se-á annualmente, no maximo seis mezes após o encerramento do exercicio annual, em local determinado pelo conselho de administração.

No maximo oito dias antes da reunião da assembleia geral, o balanço, a prestação de contas de lucros e perdas e o relatório dos controladores, deverão ser postos á disposição dos accionistas.

Art. X.

As assembleias geraes extraordinarias serão convocadas para os casos previstos em lei, bem como em virtude de uma decisão do Conselho de Administração nesse sentido.

Art. XI.

As convocações para a assembleia geral serão feitas com a antecedencia minima de 14 dias da data fixada para a sua realização, de conformidade com o processo previsto nos estatutos.

Os assumptos em ordem do dia serão especificamente indicados para cada convocação. O Conselho de Administração fica sob a obrigação de incluir na ordem do dia as propostas

que, anteriormente á convocação, tiverem sido formuladas e apresentadas por escripto por accionistas cujas acções representem pelo menos uma decima parte do capital-acções emitido.

Art. XII.

O Conselho de Administração estabelece o seguinte processo segundo o qual os accionistas deverão justificar a sua qualificação para tomarem parte em reuniões da assembleia geral.

Nas assembleias geraes cada acção dá direito a um voto. Todavia nenhum accionista poderá enfeixar mais de uma quinta parte dos direitos de voto representativos.

Art. XIII.

A assembleia geral será presidida pelo presidente do Conselho de Administração, eventualmente pelo seu vice-presidente ou, no impedimento de um ou outro, por um outro membro do Conselho de Administração.

Redigir-se-ão actas das sessões. A acta será assignada pelo presidente, o secretario e os escrutinadores.

Art. XIV.

A assembleia geral toma as suas deliberações por votação da maioria absoluta das acções representadas, independentemente do numero de accionistas presentes e dos votos representados. No caso de empate o voto do presidente tem preponderancia. Todavia para o caso de uma nomeação ser esta decidida por sorteio.

O voto poderá ser dado pelo levantamento de mãos se fór unanimemente acceto este modo de proceder.

Art. XV.

Os estatutos não podem ser alterados pela assembleia geral salvo se presente uma maioria de dois terços dos accionistas nella representados.

A dissolução da Sociedade ou a sua fusão com uma outra sociedade só poderá ser resolvida se pelo menos uma metade das acções emitidas estiverem representadas em uma assembleia geral e se a moção fór approvada por dois terços das referidas acções. Se não houver *quorum* na primeira votação, convocar-se-á uma segunda assembleia geral, havendo um intervalo minimo de trinta dias entre uma e outra; esta segunda assembleia poderá decidir sobre a dissolução ou a fusão pelo voto de uma maioria de dois terços das acções representadas.

Art. XVI.

Compete á assembleia geral:

1 — Approvar o relatório sobre o exercicio e as contas annuaes, após leitura do parecer dos controladores; fazer a repartição dos lucros do exercicio e prestar contas da sua gestão.

2 — Nomear os membros do Conselho de Administração e, eventualmente, revogar essa nomeação (art. 647, C. O.).

3 — Nomear os commissarios-verificadores (fiscaes).

4 — Decidir sobre a alteração dos estatutos, a dissolução ou fusão da Sociedade.

5 — Resolver sobre outros assumptos que lhe sejam affectos em virtude de leis ou de disposições estatutarias.

b) Administração

Art. XVII.

A Sociedade é administrada por um Conselho de Administração, composto, pelo menos, de cinco membros nomeados em assembleia geral.

Os membros do Conselho de Administração são nomeados para um exercicio com a duração de tres annos. Findo esse prazo de tres annos, proceder-se-á á renovação total do Conselho. Se as funcções de um dos membros do Conselho expirarem antes de findo o prazo do seu mandato, só seria obrigatorio substituí-lo quando o numero restante de membros fosse inferior a cinco. O administrador substituto só permanecerá no exercicio do cargo até terminação do prazo do mandato do seu predecessor.

Art. XVIII.

Cada administrador deverá depositar dez acções da Sociedade em um estabelecimento designado pelo Conselho de administração; essas acções ahi ficarão em deposito durante o prazo de exercicio das funcções do depositario e até que a assembleia geral lhe dê quitação.

Art. XIX.

O Conselho de administração escolherá entre os seus membros um presidente e um vice-presidente e nomeará um secretario. Não é necessario que este ultimo seja accionista.

Art. XX

Além das attribuições que lhe são conferidas especialmente nos estatutos, ao Conselho de administração são outorgados todos os poderes não expressamente conferidos à assembleia geral dos accionistas por dispositivos legais ou estatutarios.

Art. XXI

O Conselho de administração reúne-se por convocação do presidente ou vice-presidente, ou a pedido de dois dos seus membros.

É necessario a presença de, pelo menos, quatro membros para que sejam validas as decisões. As deliberações do Conselho são approvadas por maioria de votos. No caso de empate o voto do presidente da reunião terá preponderancia.

O Conselho, excepcionalmente, poderá tomar resoluções communicando-as por meio de cartas circulares, sujeito à condição de que todos os seus membros tenham tido occasião de se manifestarem a respeito.

Art. XXII

O Conselho de administração fica autorizado a delegar quaesquer dos poderes que lhe são outorgados a uma comissão escolhida dentre os seus membros ou a qualquer um dos seus membros.

É-lhe igualmente conferido o direito de nomear directores, procuradores ou mandatarios, os quaes poderão ser escolhidos dentre pessoas que não fazem parte do Conselho de administração. Designará aquelles que poderão fazer uso da firma social. Em principio, a Sociedade só se responsabiliza quando em qualquer documento constarem as assignaturas de duas pessoas.

Art. XXIII

Além dos seus honorarios estipulados nos estatutos e além do reembolso das despesas de viagens, etc., os administradores recebem uma ficha de presença cujo montante é fixado pelo Conselho de administração.

Os honorarios dos membros do Conselho de administração que façam parte da comissão dirigente ou que estejam encarregados da gestão dos negocios propriamente ditos, são fixados por accôrds especiais.

c) Controlo

Art. XXIV

A assembleia geral ordinaria designa annualmente dois ou tres commissarios-verificadores (fiscaes) e dois supplentes, quer sejam associados quer não, para o exercicio corrente. Esses commissarios-verificadores (fiscaes) ficam encarregados da verificação da escripturação do exercicio e terão que apresentar à assembleia geral um relatorio e propostas por escripto.

A assembleia geral poderá tambem delegar o controlo a uma sociedade fiduciaria ou de revisão.

Titulo IV — Encerramento de contas

Art. XXV

As contas do exercicio annual são encerradas annualmente em 31 de dezembro.

O balanço é levantado de conformidade com o regulamento estabelecido pelo C. O.

Art. XXVI

Dos lucros líquidos apurados no balanço annual, após deducção das amortizações necessarias, será reservado em primeiro lugar um dividendo ordinario de 5 % para os accionistas.

Do saldo 10 % são reservados para o conselho de administração como honorarios, e o remanescente fica à disposição da assembleia geral.

Art. XXVII

O calculo para a repartição dos lucros líquidos do primeiro exercicio, encerrado em 31 de março de 1914, serão especialmente determinados no contracto de venda que será assignado com os antigos proprietarios da empresa.

Titulo V — Dissolução e liquidão

Art. XXVIII

De conformidade com estes estatutos, a assembleia geral poderá, em qualquer occasião, promover a dissolução da sociedade.

No caso de dissolução, far-se-ha a liquidão de conformidade com o que dispõe o C. O., aos cuidados do Conselho

de administração em exercicio, salvo se a assembleia geral resolver em contrario. Os liquidarios tem o direito de vender os immoveis mediante accôrds amigaveis.

Durante a liquidão são validos e subsistem os poderes da assembleia geral tal como durante a existencia da sociedade.

Titulo VI — Publicações e avisos

Art. XXIX

Emquanto as acções forem nominativas, todas as communicações aos accionistas deverão ser-lhes feitas por carta registrada para o endereço constante do livro de registro das acções.

Se, todavia, ellas estiverem prescriptas por lei, as publicações serão feitas na "Feuille Officielle Suisse du Commerce" — "Jornal Official Suíço do Commercio". Além disso poderá o conselho de administração designar outros órgãos de publicidade.

Os estatutos supra traduzidos estavam impressos em nove paginas de um livreto. Havia uma emenda no art. 25, segunda linha do primeiro paragrapho, tendo sido riscadas algumas palavras que foram substituidas pelo vocabulo "dezenbro", manuscripto, depois dos vocabulos "annualmente em 31".

Visto por cópia e traducção fiel dos presentes estatutos originaes da Sociedade Anonyma Sulzer Frères, de Winterthur, redigidos em idioma allemão e actualmente em vigor.

Winterthur, 15 de agosto de 1934. — tabellionato em Winterthuh-Altstadt, C. Frey, tabellião publico. Estava o sello notarial de officio do tabellionato em Winterthur, Cantão de Zurich, por sob o qual estava um carimbo com os dizeres: — Controle n. 753-a.

Visto para legalização da assignatura supra do Sr. G. Frey, tabellião publico da cidade de Winterthuh-Altstadt.

Zurich, 16 de agosto de 1934. — A Chancellaria de Estado, O. Moesch. Estava o carimbo da Chancellaria de Estado do Cantão de Zurich, Suíça, ao lado do qual estavam carimbados com os seguintes dizeres: — Contracto n. 3.486 e, custas frs. 5.

N. 174 — Reconheço verdadeira a assignatura do S. phor Dr. Oskar Moesch, da Chancellaria de Estado do Cantão de Zurich, Suíça. E, para constar onde convier, mandei passar o presente que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado. Para que este documento produza effeito no Brasil, deve a minha assignatura ser por seu turno legalizada na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou nas Repartições Fiscaes da Republica.

Zurich, 16 de agosto de 1934. — R. Riegel, filho. — R.olpho Riegel, filho, consul. Estavam: uma estampilha do Sello Consular do valor de 4\$, ouro, devidamente inutilizada por um carimbo do Consulado do Brasil em Zurich, Suíça, e os dizeres: — Recebi frs. 12.

Seguia-se o reconhecimento e legalização da assignatura do consul do Brasil em Zurich, na Secretaria do Ministerio de Estado das Relações Exteriores, depois de pago o sello respectivo na Recebedoria do Districto Federal.

Nada mais se continha no referido documento o qual bem e fielmente traduzi para o vernaculo em quatro vias selladas e assignadas na forma da lei.

Sulzer Frères, Société Anonyme — Irmãos Sulzer, Sociedade Anonyma.

EXTRACTO DA ACTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA S. A. SULZER FRÈRES, WINTERTHUR (S. A. IRMÃOS SULZER, WINTERTHUR)

O Conselho de Administração da Sociedade Anonyma Irmãos Sulzer, sociedade com o capital de vinte milhões de francos, com sede em Winterthur, resolve, por unanimidade, por meio de circulares e por proposta da sua delegação, crear na cidade do Rio de Janeiro, Estados Unidos do Brasil, uma succursal que disporá de um capital de 1.000:000\$000.

Os fins visados pela referida succursal consistem em representar a casa matriz nos Estados Unidos do Brasil e explorar o ramo de commercio de compra e venda de machinas e aparelhos de toda a especie e genero.

Para este fim, o conselho outorga ao Sr. Edouard von Rutte, engenheiro no Rio de Janeiro, poderes para representar a S. A. Sulzer Frères (S. A. Irmãos Sulzer), junto as autoridades do paiz e agir de conformidade com as leis vigentes nos Estados Unidos do Brasil e com os termos da procuração geral que lhe foi outorgada nesta data.

Winterthur, 15 de agosto de 1934. — O vice-presidente, Sulzer. — O secretario, O. Sulzer. Visto para confidencia do presente com a acta do Conselho de Administração da Sulzer Frères, Société Anonyme (Irmãos Sulzer, Sociedade Anonyma), de Winterthur, escripto em francez e que foi hoje apresentado em meu cartorio.

Winterthur, 10 de outubro de 1934. — Tabellionato em Winterthur-Altstadt, G. Frey, tabellião publico. Estavam: o carimbo do Tabellionato em Winterthur, Cantão de Zurich, Suissa, e carimbos com os dizeres: — Contracto n. 992, custas frs. 2.

Visto para legalização. Zurich, 10 de outubro de 1934. A Chancellaria de Estado do Cantão de Zurich, O. Moesch. Estavam: um carimbo da Chancellaria de Estado do Cantão de Zurich, Suissa e carimbos com os dizeres: — Contracto n. 4.782, custas 5.

N. 205 — Reconheço verdadeira a assignatura do Senhor Dr. Oskar Moesch, da Chancellaria de Estado do Cantão de Zurich.

E, para constar onde convier, mandei passar o presente, que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado. Para que este documento produza effeito no Brasil, deve a minha assignatura ser por seu turno legalizada na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou nas Repartições Fiscaes da Republica.

Zurich, em 11 de outubro de 1934. — R. Riegel, filho. — Rodolpho Riegel, filho, consul. Estavam: uma estampilha do Sello Consular do valor de 4\$, ouro, devidamente inutilizada por um carimbo do Consulado da Republica dos Estados Unidos do Brasil, em Zurich, Suissa, e os dizeres: — Recebi frs. 12.

Sulzer Frères, Société Anonyme, Winterthur (Suissa) (Irmãos Sulzer, Sociedade Anonyma, Winterthur (Suissa)).

Lista dos accionistas da Sociedade Anonyma Irmãos Sulzer, Société Anonyme Sulzer Frères, sociedade com o capital de vinte milhões de francos, com sede em Winterthur, Suissa:

Dr. h. c. C. Sulzer-Schmid, industrial, Winterthur;
Dr. jur. R. Corti, advogado, Winterthur;
R. Ernest, engenheiro, Basileia;
Dr. med. E. Feer, professor, Zurich;
W. Fessler, banqueiro, Zurich;
P. Jaberg, banqueiro, Zurich;
E. Naef, engenheiro, Zurich;
H. Saurer, industrial, Arbon;
Dr. jur. M. Staehelin, banqueiro, Basileia;
Dr. jur. H. Sulzer, industrial, Winterthur;
R. Sulzer, industrial, Winterthur;
Dr. jur. H. Wolfer, industrial, Winterthur.

Winterthur, 15 de agosto de 1934. — Sulzer Frères Société Anonyme, H. Sulzer e O. Sulzer.

Visto para legalização da assignatura da razão social Sulzer Frères, Société Anonyme, de Winterthur, apposta pelos Senhores, Dr. H. Sulzer, administrador delegado e Dr. O. Sulzer, director, os quaes estão autorizados para assignar validamente em nome da referida sociedade.

Winterthur, 15 de agosto de 1934 — Tabellionato em Winterthur-Altstadt, G. Frey, tabellião publico. Estavam: um carimbo do Tabellionato em Winterthur, Cantão de Zurich, Suissa, e um carimbo com os dizeres: Contracto n. 751.

Visto para legalização da assignatura supra do Sr. G. Frey, tabellião publico da cidade de Winterthur-Altstadt.

Zurich, 16 de agosto de 1934. — A Chancellaria de Estado, O. Moesch. Estavam: um carimbo da Chancellaria de Estado do Cantão de Zurich, Suissa e carimbos com os dizeres: — Contracto n. 3.464, custas 5.

N. 172 — Reconheço verdadeira a assignatura do Senhor Dr. Oskar Moesch, da Chancellaria de Estado do Cantão de Zurich, Suissa. E, para constar onde convier, mandei passar a presente, que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado. Para que este documento produza effeito no Brasil, deve a minha assignatura ser por seu turno legalizada na Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou nas Repartições Fiscaes da Republica.

Zurich, 16 de agosto de 1934. — R. Riegel, filho. — Rodolpho Riegel, filho, consul. Estavam: uma estampilha do Sello Consular do valor de 4\$, ouro, devidamente inutilizada por um carimbo do Consulado do Brasil em Zurich, e os dizeres: — Recebi, frs. 12,00.

Seguia-se o reconhecimento e legalização da assignatura do consul do Brasil em Zurich, na Secretaria do Ministerio de Estado das Relações Exteriores, depois de pago o sello respectivo na Recebedoria do Districto Federal.

Nada mais se continha no referido documento o qual bem e fielmente traduzi para o vernaculo em quatro vias selladas e assignadas na fórma da lei.

Sulzer Frères, Société Anonyme, Winterthur (Suissa) (Irmãos Sulzer, Sociedade Anonyma, Winterthur) (Suissa).

A abaixo assignada, Société Anonyme Sulzer Frères (Sociedade Anonyma Sulzer Frères), sociedade com o capital de vinte milhões de francos, com sede em Winterthur (Suissa), declarando, interpretando o artigo 2 de seus estatutos, que os fins a que se destina são a fabricação e venda de machinas e appparelhos de toda a especie e natureza, actividades que ella explora desde 1834, anno da sua fundação, até a presente data.

Winterthur, 15 de agosto de 1934. — Sulzer Frères Société Anonyme, H. Sulzer. — O. Sulzer.

N. 3.247 — Visto e certificado conforme.

Winterthur, 10 de outubro de 1934 — Camara do Commercio de Winterthur. — O secretario, (assignatura illegivel). Estavam: uma estampilha do Cantão de Zurich e o carimbo da Camara do Commercio de Winterthur.

Visto para legalização. Zurich, 10 de outubro de 1934. — A Chancellaria de Estado do Cantão de Zurich, O. Moesch. Estavam: um carimbo da Chancellaria de Estado do Cantão de Zurich, Suissa e carimbos com os dizeres:—Contracto numero 4.783 e custas frs. 5.

N. 204 — Reconheço verdadeira a assignatura do Senhor Dr. Oskar Moesch, da Chancellaria de Estado do Cantão de Zurich. E, para constar onde convier, mandei passar o presente, que assignei e fiz sellar com o sello das armas deste Consulado. Para que este documento produza effeito no Brasil, deve a minha assignatura ser por seu turno legalizada na secretaria de Estado das Relações Exteriores ou nas Repartições Fiscaes da Republica.

Zurich, em 11 de outubro de 1934. — R. Riegel, filho. — Rodolpho Riegel, filho, consul. Estavam: uma estampilha do Sello Consular do valor de 4\$, ouro, devidamente inutilizada por um carimbo do Consulado do Brasil em Zurich, Suissa e os dizeres: — Recebi frs. 12.

Seguia-se o reconhecimento e legalização da assignatura do consul do Brasil em Zurich, na Secretaria do Ministerio de Estado das Relações Exteriores, depois de pago o sello respectivo na Recebedoria do Districto Federal.

Nada mais se continha no referido documento o qual bem e fielmente traduzi para o vernaculo, em quatro vias selladas e assignadas na fórma da lei.

Por traducções conforme.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1934. — Manoel Serpa Pinto.

Eu abaixo assignado, traductor publico e interprete commercial, juramentado da praça do Rio de Janeiro, devidamente nomeado pela MM. Junta Commercial da mesma cidade, certifico pela presente que me foi apresentado um documento (certificado) exarado em idioma allemão, afim de o traduzir para o vernaculo, o que fiz a pedido da parte interessada e em razão do meu officio, como se segue:

TRADUÇÃO

Certificado. Carimbo em alto relevo com as armas do Cantão de Zurich, Suissa.

O Bureau Official abaixo certifica que a Sociedade Anonyma, fundada sob a denominação de

Gebrueder Sulzer Aktiengesellschaft
(Sulzer Frères Société Anonyme)

(Sulzer Brothers Limited)

(Fratelli Sulzer Società Anonima)

(Irmãos Sulzer, Sociedade Anonyma), com sede social em Winterthur, Zuercherstrasse 9, está registrada na Camara do Commercio, desde 30 de junho de 1913.

O capital-acções é de frs. S. 20.000.000,00 (vinte milhões de francos) dividido em 4.000 acções nominativas de frs. S. 5.000,00 cada, e já foi inteiramente coberto.

presente procuração é válida até o dia 31 de dezembro de 1937 (trinta e um de dezembro de mil novecentos e trinta e sete), respectivamente, até a data em que o outorgado por este) publico deixar os serviços dos outorgantes. — Sulzer Frères, Société Anonyme (Sociedade Anonyma): R. Sulzer. — H. Wolfer.

Tradução:

Visto para legalização da assignatura da firma social Sulzer Frères, Société Anonyme (Sociedade Anonyma), em Winterthur, apposta pelos senhores R. Sulzer, engenheiro, administrador delegado, e Dr. H. Wolfer, industrial, membro do conselho de administração, os quaes estão autorizados a assignar validamente em nome da referida sociedade. Winterthur, 15 de agosto de 1934.—Tabellião de Winterthur Altstadt, G. Frey, tabellião publico. Estava o Sello Notarial do Tabellionato de Wintherthur, Cantão de Zurich, ao lado do qual estavam um carimbo com os dizeres: Control n. 750. — Visto para legalização da assignatura do Sr. G. Frey, tabellião publico da cidade de Winterthur-Altstadt, Zurich, 16 de agosto de 1934. — O chanceller de Estado, O. Moesch. Estava o carimbo da Chancellaria de Estado, tendo ao lado um carimbo com os dizeres: Contracto n. 3.462, Custas, Frs. 20. No verso: Sob o n. 170, constava o reconhecimento e legalização da assignatura do Sr. Oskar Moesch, da Chancellaria de Estado do Cantão de Zurich, Suissa, pelo consul do Brasil em Zurich, com data de 16 de agosto de 1934, assignada pelo referido consul, Rodolpho Riegel, filho. Estava collada e devidamente inutilizada uma estampilha do Sello Consular do valor de 4\$, ouro. Seguia-se o reconhecimento e legalização da assignatura supra mencionada do consul do Brasil em Zurich, na secretaria do Ministerio de Estado das Relações Exteriores, depois de pago o sello respectivo na Recebedoria do Districto Federal. Nada mais se continha no referido documento, o qual transcrevi e traduzi para o vernaculo do original ao qual me reporto. Em fé do que passei a presente, que sello e assigno nesta cidade do Rio de Janeiro, neste decimo nono dia do mez de outubro do anno de Nosso Senhor Jesus Christo, de mil novecentos e trinta e quatro (1934).

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1934. — Manoel Serpa Pinto.

Lista de accionistas da Sociedade Anonyma Sulzer Frères

Capital: vinte milhões de francos

Séde: Winterthur (Suissa)

	Accões
Dr. n. e. C. Sulzer-Shmidt, industrial, Winterthur	400
Dr. jur. R. Corti, advogado, Winterthur.....	400
R. Ernst, engenheiro, Bâle.....	200
Dr. med. E. Feer, professor, Zurich.....	290
W. Fessler, banqueiro, Zurich.....	400
P. Jaberg, banqueiro, Zurich.....	210
E. Naef, engenheiro, Zurich.....	210
H. Saurer, industrial, Arbon	270
Dr. jur. M. Staehelin, banqueiro, Bâle.....	400
Dr. jur. H. Sulzer, industrial, Winterthur.....	400
R. Sulzer, industrial, Winterthur.....	410
Dr. jur. H. Wolfer, industrial, Winterthur.....	410
Total.....	4.000

Winterthur, 15 de agosto de 1934. — Por procuração de Sulzer Frères, Sociedade Anonyma, *Eduard von Ruette*.

Reconheço a firma de E. von Ruette. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1934. Em testemunho da verdade (estava o signal publico). — *Plinio Carneiro de Mendonça*.